

# O DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA NA ÓTICA DOS REGIMES DE CRESCIMENTO *WAGE-LED* E *PROFIT-LED*

*The Debate About the Latin American Development Under the Wage-Led and Profit-Led Growth Regimes Approach*

Pedro Celso Rodrigues Fonseca\*

Ricardo Azevedo Araújo†

## Resumo

O presente estudo teve por objetivo identificar referências aos conceitos de regime de crescimento *wage-led* e *profit-led* no pensamento estruturalista latino-americano. Para tanto, inicialmente apresenta-se os modelos de crescimento kaleckianos. Em seguida, discute-se as seguintes teses estruturalistas: a crítica à teoria das vantagens comparativas de Prebisch, o estagnacionismo de Furtado e a crítica ao estagnacionismo de Tavares e Serra. Após a análise destas, foi possível perceber que apesar de não explicitarem formalmente, identifica-se nos estruturalistas referências aos regimes de crescimento provenientes dos modelos kaleckianos.

**Palavras-chave:** Crescimento e distribuição; Estruturalismo latino-americano; Desenvolvimento.

**Códigos JEL:** E02; E12; O41; N16 .

## Abstract

This study aimed to identify references to the concepts of wage-led and profit-led growth regime in Latin American structuralist thinking. To do so, we initially review Kaleckian growth models. Then, the following structuralist theses were discussed: the Prebisch's critique of comparative advantage theory, Furtado's stagnationism, and Tavares and Serra's critique of stagnationism. After this analysis, it was possible to realize that, although not formally explicit, references from kaleckian growth regimes are identified in structuralist.

**Keywords:** Growth and distribution; Latin American economic structuralism; Development.

**JEL Code:** E02; E12; O41; N16.

---

\* Economista, PhD pela Universidade de Brasília. E-mail: pedro\_celso2004@yahoo.com.br

† Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília. E-mail:rsaaraujo@unb.br

## 1. Introdução

Entre os objetivos da teoria pós-keynesiana, vale destacar a combinação dos princípios clássicos de crescimento e distribuição com o princípio da demanda efetiva de Keynes e Kalecki. Tal combinação se refere à extensão do modelo keynesiano de curto-prazo para a análise do desenvolvimento de longo prazo, isto é, o foco passa do nível do produto e do emprego para a taxa de crescimento do produto, a taxa de lucro e a taxa de utilização da capacidade (Hein, 2014). Busca-se, assim, estender a teoria keynesiana às análises de acumulação de capital, ao progresso tecnológico, à distribuição funcional da renda etc.

Os modelos keynesianos de crescimento e distribuição<sup>1</sup> possuem como característica fundamental a independência entre o investimento e a poupança, com destaque para a determinação unilateral da poupança pelo investimento. Além disso, eles consideram, em longo prazo, a plena utilização da capacidade produtiva.

Kalecki (1983, 1954) discordava da hipótese do investimento exogenamente determinado e, devido à importância deste na dinâmica econômica, seria fundamental identificar os seus determinantes. Adicionalmente, ele abandona a hipótese de plena utilização da capacidade produtiva em longo prazo. Em linhas gerais, um modelo é denominado kaleckiano com as seguintes características: a) função de investimento que depende de diversas variáveis, em particular, a taxa de utilização da capacidade produtiva; b) os preços dependem dos custos de produção e são dados; e, c) a capacidade produtiva não é plenamente utilizada (Lavoie, 2014).

O modelo kaleckiano portador das características supramencionadas foi desenvolvido por diversos autores, além do próprio Kalecki, como Rowthorn (1981), Dutt (1990), Taylor (1985), entre outros.

Diante do exposto, o presente estudo buscou explorar a versão de Bhaduri e Marglin dos modelos kaleckianos (1990, 1995) – autores que observaram que, a partir dos anos 1970, a redução do crescimento nos países desenvolvidos foi marcada pela menor participação dos lucros no produto (*profit squeeze*). No intuito de explicar o fenômeno em questão, aqueles autores destacam que, ao mesmo tempo em que os salários ampliam a demanda, eles representam custo de produção, acarretando a redução da participação dos lucros no produto

---

<sup>1</sup>Refere-se aos modelos de Robinson (1956), Kaldor (1957), e Pasinetti (1962)

e, conseqüentemente, a redução dos lucros esperados. Logo, se reduz o investimento por parte dos capitalistas<sup>2</sup>.

Destarte, Bhaduri e Marglin (1990, 1995) afirmam que dependendo das circunstâncias, a economia pode ser caracterizada por dois tipos de regime, quais sejam: 1) *Wage-led*; e 2) *Profit-led*<sup>3</sup>. Assim, para a promoção do crescimento de certas economias, é preciso a adoção de políticas que promovam a elevação do *wage-share* ou do *profit-share*, respectivamente.

A caracterização das economias em regime de crescimento *wage-led* e *profit-led* foi estendida em diversos trabalhos que, inclusive, aplicaram testes empíricos para identificar qual regime predominava em certos países (Hein, 2014; Lavoie, 2014). Recentemente, Rugitsky (2016) realizou paralelismo entre dois episódios da história do pensamento econômico. O primeiro é o desenvolvimento teórico que se inicia no estagnacionismo de Steindl (1952) e resulta no debate sobre regimes de crescimento presente em Bhaduri e Marglin (1990), Taylor (1985) etc. O segundo é o debate latino-americano que se inicia com o estagnacionismo de Furtado (1966) e a crítica de Tavares e Serra (1971/1976), que resulta nos modelos de Taylor e Bacha<sup>4</sup>. Nesse ínterim, o presente artigo buscou avançar no debate proposto por Rugitsky (2016), mas, ao invés de identificar o paralelismo, objetivou verificar se é possível identificar em três importantes teses do estruturalismo latino-americano a concepção de economia sob o regimes de crescimento *wage-led* e/ou *profit-led*, quais sejam: 1) A deterioração dos termos de troca, presentes nas obras de Prebisch (1949, 1964): “O desenvolvimento econômico na América Latina e algum de seus principais problemas” e “Dinâmica do desenvolvimento latino-americano”; 2) A tendência à estagnação da economia, presente em “Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina”, de Celso Furtado (1966); e, 3) A crítica à tese da estagnação, presente em “Além da estagnação”, de Maria da Conceição Tavares e José Serra (1974).

---

<sup>2</sup> Essa interpretação não é consensual entre os kaleckianos, vide Steindl (1976, p.253): “o aumento dos salários jamais reduziria os lucros desde que o investimento (e o consumo capitalista) permanecesse elevado; uma queda nos salários jamais aumentaria os lucros, a menos que o investimento aumentasse primeiro”. De toda forma, não é objeto deste trabalho adentrar nessa discussão.

<sup>3</sup> “The central point [...] is to draw a distinction between a theory of a capitalist economy in which aggregate demand plays a central role, and models built on particular assumptions about the components of aggregate demand. It is our position that while both the general theory of specific models may hold at certain times, the models are much more bound by time and place than is a theory based on the centrality of aggregate demand” (Bhaduri & Marglin, 1990, p. 155).

<sup>4</sup> Do original: “Their model represents for the Latin American story the same transition that Rowthorn’s (1981), Dutt’s (1984), Taylor’s (1985) models represented to the Kaleckian thread” (Rugitsky, 2016, p. 10).

Reconhece-se que o conceito de desenvolvimento utilizado pelos estruturalistas é mais amplo e complexo do que o de crescimento presente no modelo de Bhaduri e Marglin. No entanto, como afirmado, procura-se identificar nas teses estruturalistas selecionadas concepções teóricas que se remetem aos regimes de crescimento provenientes do modelo kaleckiano, nesse sentido consideram-se políticas concentradoras de renda como próximas ao regime profit-led de crescimento<sup>5</sup>.

Nesse intuito, na segunda seção tem-se o modelo de crescimento e distribuição kaleckiano, em particular, o proposto por Bhaduri e Marglin (1995), cujos resultados permitem a identificação dos regimes de crescimento: *wage-led* e *profit-led*. A terceira seção é subdividida em três subseções que analisam as teses supramencionadas, identificando ali a presença de argumentos que fazem referência aos regimes de crescimento citados. Por fim, na quarta seção têm-se as principais conclusões.

## 2. O modelo de crescimento e distribuição kaleckiano

Em Kalecki, a dinâmica econômica é dada pelo investimento (Lopes & Assous, 2010). Por isso, a importância em identificar os determinantes da taxa de investimento.

No modelo aqui discutido, as hipóteses iniciais são: economia capitalista formada por empresas em grande número que produzem diversos bens e serviços; economia composta por trabalhadores e capitalistas; as empresas são verticalmente integradas; adota-se a empresa representativa; o governo e o mercado externo são negligenciados; o mercado interno é imperfeito; o nível de produção depende da disponibilidade de força de mão de obra; a demanda dos bens e serviços finais consiste em: a) demanda dos capitalistas por bens de consumo e bens de investimento; e, b) demanda dos trabalhadores por bens de consumo; os trabalhadores não poupam e o seu nível de demanda varia com a produção; e, a produtividade do trabalho e do capital é dada e constante (não há retornos marginais decrescentes).

Kalecki assume indústrias verticalmente integradas no sentido de que elas não compram insumos uma das outras (Lopes & Assous, 2010). Nesse sentido, o valor total da produção pode ser decomposto em salários e lucro bruto. Assim, o produto nacional bruto calculado pela ótica da renda e do produto corresponde a soma do investimento bruto com o consumo dos capitalistas e trabalhadores.

---

<sup>5</sup> Nem sempre políticas concentradoras de renda significam redução do wage-share, podem ser provenientes do aumento da desigualdade intra-salarial. No entanto, para fins de simplificação não se desenvolve essa análise no presente artigo.

Sob a hipótese de que os trabalhadores não poupam, tem-se que o consumo dos trabalhadores é igual aos salários. Logo, tem-se que o lucro bruto é igual ao investimento adicionado ao consumo dos capitalistas.

A partir daí, Kalecki (1983) deduz o princípio da demanda efetiva, ou seja, uma vez que os capitalistas possuem a autonomia de decisão sobre os seus gastos, e não sobre os seus ganhos, tem-se que os aspectos investimento e consumo determinam os lucros, e não o contrário – os capitalistas ganham o que gastam. É importante destacar que a condição prévia para a validade do princípio da demanda efetiva é a elasticidade positiva da produção em relação à demanda. Assim, o deslocamento da demanda não se transferirá integralmente para os preços (Lopes e Assous, 2010).

De modo simplificado, esse princípio é representado por:

$$I = s_p \Pi \quad (1)$$

Onde: I = investimento bruto;  $s_p$  = propensão a poupar dos capitalistas; e,  $\Pi$  = lucro bruto.

E dividindo a Equação (1) pelo estoque de capital da economia K, obtém-se a denominada equação de Cambridge<sup>6</sup>, conforme se segue:

$$r = \frac{g}{s_p} \text{ ou } g = s_p r \quad (2)$$

Onde:  $r = \Pi/K$  = taxa de lucro; e,  $g = I/K$  = taxa de acumulação de capital.

A Equação (2) determina a taxa de lucro pelo lado da demanda, ou seja, é a taxa de acumulação da economia,  $g$ , que determina a taxa de lucro<sup>7</sup>, que também pode ser mensurada pelo lado da oferta, a partir da identidade fornecida pelas contas nacionais – o produto nacional corresponde à soma dos salários e lucros, conforme a Equação (3) que se segue:

$$pq = wL + rpK \quad (3)$$

Onde:  $p$  = nível de preços;  $q$  = nível de produto real;  $w$  = taxa de salário nominal;  $L$  = nível de emprego;  $r$  = taxa de lucro; e,  $K$  = estoque de capital.

---

<sup>6</sup> Robinson (1962), Kaldor (1957) e Pasinetti (1962).

<sup>7</sup> “[...] são suas (dos capitalistas) decisões quanto ao investimento e consumo que determinam os lucros e não vice-versa” (Possas & Baltar, 1981, p. 114).

Dividindo a Equação (5) por  $q$ , obtém-se  $p = w\left(\frac{L}{q}\right) + rp\left(\frac{K}{q}\right)$ , e definindo  $l = L/q$ ,  $\mu = q/q_{fc}$  e  $v = K/q_{fc}$ , onde  $q_{fc}$  = nível de produto sobre plena capacidade produtiva, tem-se  $p = wl + rp$  ( $v/\mu$ ). Vale destacar que  $\mu$  corresponde ao grau de utilização da capacidade produtiva e  $v$  a razão entre o capital e o produto. Destarte, isolando  $r$ , tem-se a Equação (4) que se segue:

$$r^{pc} = \frac{\mu}{v} \left[ 1 - \left( \frac{w}{p} \right) l \right] \quad (4)$$

A Equação (4) foi denominada por Rowthorn (1981) de *profit cost curve*. A partir daí se infere que a taxa de lucro depende da taxa de salário real e do grau de utilização da capacidade produtiva. Kalecki (1951), então, diferencia seu modelo das primeiras abordagens sobre o crescimento e a distribuição keynesiana, pois assume o grau de utilização da capacidade produtiva inferior a unidade – fato que permite o salário real e a participação do salário na renda serem afetados pelo conflito distributivo no modelo.

Quando comparadas as Equações (2) e (4), é possível perceber que não se tem relação estabelecida entre a taxa de acumulação e o salário real – a mesma taxa de salário real é compatível com diferentes taxas de acumulação: “*The result is that a higher rate of growth can be achieved without the real wage being smaller. Differences in the rate of accumulation [...] do not require changes in the real wage rate* (Ciccone, 1986, p. 299)”.

Kalecki (1951) fundamenta microeconomicamente a sua teoria de crescimento via hipótese de mercados imperfeitos e oligopólio. Em particular, aquele estudioso teve por foco a formação dos preços e das margens de lucro em condições de mercados oligopolistas. Por isso, a importância do conceito de grau de monopólio: “[...] *each firm in an industry arrives at the price of its product by marking up its direct cost, consisting of average costs of wages plus raw materials, in order to cover overheads and profits* (Kalecki, 1971, p. 99 *apud* Lee, 1999, p. 145)”.

[...] o conceito de grau de monopólio exprime não só a concorrência entre capitalistas, como também o confronto entre estes e os trabalhadores, contém em si o processo pelo qual se dá a distribuição de renda entre lucros e salários a nível de empresa (Possas & Baltar, 1981, p. 123).

No modelo kaleckiano aqui exposto adota-se, de forma simplificada, a seguinte equação dos preços:

$$p = (1 + \theta)wl \quad (5)$$

Em que  $\theta$  corresponde ao *mark up* sobre os custos, os quais são constituídos somente pela força de trabalho<sup>8</sup>. Assim, substituindo a Equação (5) na Equação (4), tem-se a Equação (6) que se segue:

$$r^{pc} = \frac{\theta}{1 + \theta} \left( \frac{\mu}{v} \right) \quad (6)$$

A Equação (12) representa a determinação da taxa de lucro pela firma representativa de Kalecki. Dado que  $r = \Pi/K$ , verifica-se que  $\frac{\theta}{1 + \theta} = \frac{\pi}{q}$ , dado que  $h = \frac{\theta}{1 + \theta}$  consiste na participação dos lucros na renda tem-se a Equação (7):

$$r^{pc} = h \left( \frac{\mu}{v} \right) \quad (7)$$

*“This led Kalecki to posit that the distribution of income is determined by the price/unit cost ratio, on degree of monopoly, a term summarizing a variety of oligopolistic and monopolistic features (Lopes & Assous, 2010, p. 68)”*.

Cumpre destacar que, apesar do *profit share* depender do grau de monopólio, os lucros são determinados pelos gastos dos capitalistas; ou seja, para completar o modelo, faz-se importante expor como a taxa de acumulação é determinada.

*Profits do not only need to be produced, they also need to be realized. This will only occur when there is a similar amount of higher capitalist expenditure. If capitalist expenditure remains unchanged, profits will remain constant too (Lopes & Assous, 2010, p. 77).*

A função investimento proposta por Kalecki foi modificada no decorrer dos anos pelo autor no âmbito de sua teoria do ciclo econômico. Nos modelos de 1939 e 1943, ele adotou uma função investimento não linear, pois assumia que a taxa de lucro corrente dependeria das expectativas dos lucros. Posteriormente, ele adotou novamente<sup>9</sup> a função de investimento linear. Segundo Lopes e Assous (2010), tal fato se deu porque Kalecki havia se convencido que choques erráticos poderiam manter o ciclo econômico.

Assim, no modelo simplificado em questão, inicialmente, seguir-se-ão as ideias de Rowthorn (1981), Lavoie (1992) e Hein (2008), onde a função investimento padrão depende de duas variáveis, quais sejam: 1) A taxa de lucro corrente,  $r$ , que serve como indicador dos lucros futuros<sup>10</sup> e provê os fundos para reinvestimento; e, 2) o grau de utilização da

<sup>8</sup> Muitos autores segmentam a força de trabalho entre trabalhadores fixos e trabalhadores variáveis. No presente estudo, de modo a simplificar a análise, adota-se, como Hein (2008), apenas a força de trabalho como uma variável agregada.

<sup>9</sup> No modelo de 1933, Kalecki adota uma função investimento linear (Lopes & Assous, 2010).

<sup>10</sup> Aqui se evidencia a semelhança entre o modelo de Robinson e de Kalecki. Ela explicita a taxa de lucro futura na determinação da função investimento, pois Kalecki considera como proxy desta a taxa de lucro corrente.

capacidade,  $\mu$ , que é inferior à unidade, uma vez que as firmas possuem capacidade produtiva para atender a demanda futura.

Formalmente, tem-se, então, a Equação (8) que se segue:

$$\frac{I}{K} = g(r, \mu) = \alpha + \beta r + \gamma \mu \quad (8)$$

Assume-se que  $\beta > 0, \gamma > 0$  e  $\alpha > 0$ . Este último representa o componente autônomo da acumulação de capital – o *animal spirit* do investidor. Igualando as Equações (8) e (2), obtém-se a curva de realização dos lucros:

$$r^{ED} = \frac{\gamma}{s_p - \beta} \mu + \frac{\alpha}{s_p - \beta} \quad (9)$$

Assim, o modelo pode ser resumido a partir das Equações (7) e (9). Rowthorn (1981) destaca que no modelo kaleckiano a causalidade tem início no investimento, que determina a renda e, conseqüentemente, a poupança. Logo, em qualquer situação de equilíbrio, a economia deve se situar sobre a curva de realização dos lucros:  $r^{ED}$ .

Destarte, igualando  $r^{ED}$  à  $r^{PC}$ , é possível obter as posições de equilíbrio evidenciadas nas Equações (10), (11) e (12) que se seguem:

$$\mu^* = \frac{\alpha v}{h(s_p - \beta) - \gamma v} \quad (10)$$

$$r^* = \frac{h\alpha v}{h(s_p - \beta) - \gamma v} \quad (11)$$

$$g^* = \frac{s_p h\alpha v}{h(s_p - \beta) - \gamma v} \quad (12)$$

A condição de estabilidade do modelo é dada por  $s_p > \beta + \frac{\gamma v}{h}$ , garantindo a inclinação positiva de  $r^{ED}$  inferior a inclinação de  $r^{PC}$ <sup>11</sup>.

O modelo apresentado fornece os importantes resultados evidenciados nas Equações (13) e (14), a seguir, a partir de exercícios de estática comparativa.

$$\frac{dg^*}{ds_p} = - \frac{h^2 \alpha v \beta + \gamma v}{[h(s_p - \beta) - \gamma v]^2} < 0 \quad (13)$$

$$\frac{du^*}{dh} = - \frac{\alpha v - (s_p - \beta)}{[h(s_p - \beta) - \gamma v]^2} < 0; \frac{dr^*}{dh} = - \frac{\alpha h v^2}{[h(s_p - \beta) - \gamma v]^2} < 0; \frac{dg^*}{dh} = - \frac{s_p \alpha h v^2}{[h(s_p - \beta) - \gamma v]^2} < 0 \quad (14)$$

<sup>11</sup> Trata-se da condição de estabilidade keynesiana, a qual garante a existência do equilíbrio.

O resultado expresso na Equação (13) aponta o famoso paradoxo da poupança: quanto maior a poupança dos capitalistas, menor a taxa de acumulação da economia. Já o resultado expresso na Equação (14), por sua vez, aponta o paradoxo dos custos, pois quanto maior o *profit share*, menor a taxa de acumulação; ou seja, quanto maior o *wage share* (custos de produção), maior será a taxa de crescimento.

O paradoxo dos custos é interessante, pois evidencia que se todas as firmas da economia elevarem a participação dos salários no produto (os salários reais), a taxa de lucro da economia, ao invés de reduzir, aumentará.

*If a single firm raises real wages and reduces its costing margins, everything else being equal, it will obviously make less profit and it will face a reduction in its profit rate (unless there are wage efficiency effects). But if all firms increase their real wages together, this will generate a higher rate of capacity utilization for the whole economy, and, through the induced effects, linked to a sort of accelerator effect, it will lead to a higher macroeconomic profit rate (Lavoie, 2014, p. 367).*

Vale destacar a ocorrência do paradoxo da poupança e dos custos, pois não se assume, em longo prazo, a plena utilização da capacidade produtiva. Apesar dos resultados interessantes, a partir dos anos 1970, verificou-se que a redução do crescimento nos países desenvolvidos foi marcada pela redução da participação dos lucros no produto (*profit squeeze*), ou seja, a elevação dos salários na economia não estava promovendo o crescimento.

Fazendo uso do modelo kaleckiano, Bhaduri e Marglin (1995) reconciliaram o argumento do esmagamento dos lucros e o princípio da demanda efetiva. Para tanto, aqueles autores destacaram o efeito que a ampliação dos salários possui sobre os custos de produção, significando a redução da participação dos lucros no produto e, conseqüentemente, a redução dos lucros esperados. Logo, se reduz o investimento por parte dos capitalistas.

Formalmente, a interpretação de Bhaduri e Marglin (1995) faz referência à identidade  $r = \frac{\pi}{K} = \frac{\pi}{q} \frac{q}{q_{fc}} \frac{q_{fc}}{K} = h\left(\frac{\mu}{v}\right)$  e a função (vide Equação (8)) de determinação do investimento. Para aqueles autores, se a taxa de lucro for constante, a ampliação da taxa de utilização da capacidade necessariamente implicará em redução da margem de lucro, acarretando efeitos negativos sobre a taxa de lucro.

De modo a sanar a questão, Bhaduri e Marglin (1995) propõem que na função investimento esteja expressa não a taxa de lucro, mas sim, o *profit share*,  $\frac{I}{K} = g(h, \mu) = \alpha + \beta h + \gamma \mu$ . Igualando à Equação (2), tem-se:

$$r^{ED} = \frac{\alpha}{s_p} + \frac{\beta h}{s_p} + \frac{\gamma \mu}{s_p} \quad (15)$$

Nesse ínterim, a nova taxa de crescimento de equilíbrio obtida de  $r^{ED'} = r^{PC}$  é  $g^* = \frac{s_p h [\alpha + \beta h]}{s_p h - \gamma}$ . Sendo a condição de estabilidade dada por  $s_p > \frac{\gamma}{r_n}$ , os exercícios de estática comparativa fornecem:

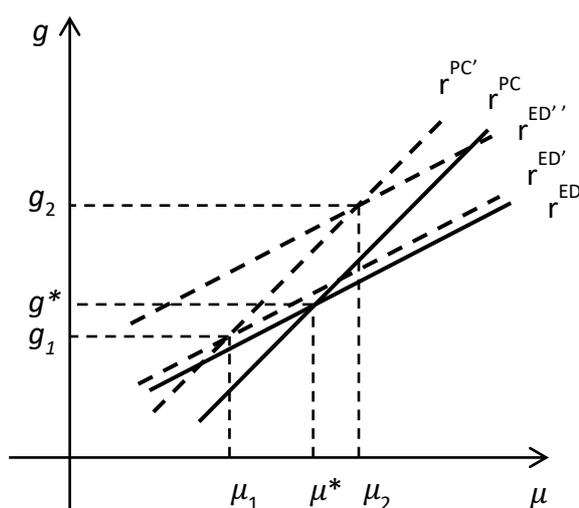
$$\frac{dg^*}{ds_p} = -\frac{\gamma h (\alpha + \beta h)}{(s_p h - \gamma)^2} < 0 \quad (16)$$

$$\frac{dg^*}{dh} = \frac{s_p (\beta h - \mu \gamma)}{s_p h - \gamma} > 0 \quad (17)$$

A Equação (16) evidencia que o paradoxo da poupança continua válido. No entanto, o resultado interessante é fornecido pela Equação (17), que não possui resultado pré-definido. Assim, se  $\beta h > \mu \gamma$ , a ampliação da margem de lucro eleva a taxa de acumulação; mas, se  $\beta h < \mu \gamma$ , a ampliação da margem de lucro reduz a taxa de acumulação.

Os dois possíveis resultados indicados pela Equação (17) são visualizados no Gráfico 2, a seguir. Nesse sentido, supondo a elevação de  $h$ , a curva de *profit cost* se elevará, deslocando-se para a esquerda: de  $r^{PC}$  para  $r^{PC'}$ . Mas como  $h$  afeta positivamente a curva de realização dos lucros, a curva  $r^{ED}$  também se deslocará para a esquerda, e se for para  $r^{ED'}$ , o novo ponto de equilíbrio  $(g_1, \mu_1)$  é inferior ao nível inicial  $(g^*, \mu^*)$ . Assim,  $\beta r_n < \mu \gamma$ . Mas se o deslocamento for para  $r^{ED''}$ , o novo ponto de equilíbrio  $(g_2, \mu_2)$  será superior ao nível inicial  $(g^*, \mu^*)$ , ou seja,  $\beta r_n > \mu \gamma$ .

**Gráfico 1 - Regimes de crescimento *profit-led* e *wage-led***



Os efeitos em questão foram classificados por Bhaduri e Marglin (1990) nos seguintes regimes:

- a. Aceleracionista (*Exhilaration*): a ampliação do *profit share* afeta positivamente a taxa de utilização da capacidade produtiva e a taxa de crescimento do produto, caso  $(g_2, \mu_2)$  do Gráfico 2;
- b. Estagnacionista (*Conflicting stagnationism*): a ampliação do *profit share* afeta negativamente a taxa de utilização da capacidade produtiva e a taxa de acumulação da economia, caso  $(g_1, \mu_1)$  do Gráfico 2.

Na literatura (Hein, 2014; Lavoie, 2017; Lavoie & Stockhammer, 2013), os regimes são denominados, respectivamente, *profit-led* e *wage-led* – classificação utilizada no presente estudo.

Após a proposição teórica de Bhaduri e Marglin (1990), diversos trabalhos empíricos foram realizados no intuito de identificar qual regime de crescimento predominante nos diversos países<sup>12</sup>. O resultado teórico foi elaborado na década de 1990 para os países desenvolvidos, no intuito de explicar a relação entre o *profit squeeze* e o crescimento. Na próxima seção procura-se mostrar em diversas teses do pensamento estruturalista latino-americano que é possível identificar concepções teóricas de política econômica semelhantes as provenientes dos dois regimes de crescimento formalizados por Bhaduri e Marglin.

### 3. O estruturalismo latino-americano

O pensamento econômico denominado estruturalismo latino-americano tem relação com a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), da Organização das Nações Unidas (ONU), pois, grande parte dos economistas ligados à essa corrente, em algum momento, participou da Comissão em questão, sendo seus trabalhos publicados sob o patrocínio da Comissão (Rodríguez, 2006). Estes autores tinham como objetivo identificar os principais problemas ao desenvolvimento econômico dos países da América Latina e Caribe, conforme evidenciado no título do texto de Raul Prebisch, de 1949, *The economic development of Latin America and its principal problems*, reconhecido como o “manifesto” do estruturalismo.

Ali, Prebisch, juntamente com os demais autores cepalinos, observou que o subdesenvolvimento é um processo de desenvolvimento que merece ser teorizado

---

<sup>12</sup> Cf. Hein (2014) e Lavoie (2014).

especificamente, com foco na análise das forças produtivas e na transformação das estruturas sociais e institucionais onde as forças atuam<sup>13</sup>.

A formação das modernas sociedades industriais é mais facilmente compreendida quando estudamo-la simultaneamente do ângulo de desenvolvimento de suas forças produtivas e do da transformação das estruturas sociais e do marco institucional dentro dos quais operam essas forças. O afastamento crescente desses dois enfoques, causado pela falsa especialização das ciências sociais, é responsável pelas dificuldades que hoje enfrentamos para equacionar problemas de desenvolvimento com respeito aos quais perdem validade os critérios tradicionais que permitiam diferenciar variáveis econômicas e não econômicas. Os obstáculos opostos por esse inadequado enfoque metodológico à captação da realidade social avolumam-se no caso do estudo das estruturas subdesenvolvidas, nas quais a diferenciação do especificamente econômico muitas vezes se encontra em fase não muito avançada. Na análise que se segue, trataremos de captar o problema do subdesenvolvimento como uma realidade histórica, decorrente da propagação de técnica moderna do processo de constituição de uma economia de escala mundial (Furtado, 1966, p. 3).

Furtado identifica o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como fenômenos interdependentes, que surgem no processo de evolução do capitalismo industrial (Boianovsky, 1987)<sup>14</sup>. No âmbito desse processo, os cepalinos destacam o papel do progresso técnico, concebendo o sistema centro-periferia, introduzido inicialmente por Prebisch (1949).

Os países centrais são aqueles em que se origina o progresso técnico e onde se concentra os frutos da crescente produtividade da economia decorrente deste. Nos centros, os métodos de produção se difundem brevemente entre os diversos setores da economia, e dada a ampliação da demanda que acompanha a elevação da produtividade, origina um ciclo virtuoso de inovações tecnológicas, diversificando a produção de bens e serviços. Como resultado, a estrutura produtiva dos países centrais é diversificada e homogênea, não havendo distinção nítida entre os setores exportadores e aqueles voltados para o mercado interno.

*La índole centrípeta del capitalismo se manifiesta persistentemente en las relaciones entre los centros y la periferia. En los primeros se origina el progreso técnico y tiende a concentrarse en ellos el fruto de la creciente que acompaña al incremento de productividad se concentra también allí la industrialización, aguijada por incansables innovaciones tecnológicas que diversifican más y más la producción de bienes y servicios (Prebisch, 1981, p. 37).*

Os países periféricos, por sua vez, são aqueles onde o progresso tecnológico penetra somente em setores exportadores de produtos primários ou setores cujas atividades estejam diretamente relacionadas à exportação, que constituem o setor dinâmico da economia

---

<sup>13</sup> O detalhamento do carácter estruturalista da escola cepalina é encontrado em Palma (1987) e Rodríguez (2009), entre outros. Sobre o método histórico-estruturalista na obra de Furtado, cf. Boianovsky (2017).

<sup>14</sup> “From de very beginning ECLAC’s analysis was structuralist in the sense that it was associated with both a view of the world economy as a system within which the center and the periphery are intrinsically related to one another, and the most economic problems of the periphery [...] derive from the specific economic structure the emerged from that interaction” (Blankenbur, Palma & Tregenna, 1987, p. 71)

(Rodríguez, 2006). Tem-se ali a distinção entre setores focados na exportação e setores voltados ao mercado interno. Logo, nos países periféricos coexistem setores de alta produtividade com setores atrasados tecnologicamente, desenvolvendo-se, assim, uma estrutura produtiva especializada e heterogênea<sup>15</sup>.

*Heterogeneous because economic activities with remarkably different productivity-growth dynamics existed side by side – namely, a modern export sector coexisting with a backward agriculture and an undersized manufacturing sector. Over-specialized because the range of exports was limited to just a few (homogenous, unbranded and price-volatile) commodities, and their process of production had very limited backward and forward-linkages with the rest of the economy* (Palma, 1987, p. 573).

No manifesto, Prebisch (1949) também destacou que os argumentos favoráveis à divisão internacional do trabalho e ao livre comércio entre os países têm por base a hipótese de que o progresso técnico tende a difundir-se buscando beneficiar a todos. Tal difusão se daria conforme se segue: diante do progresso tecnológico, seria de se esperar que os preços dos bens manufaturados reduzissem mais do que o preço dos bens primários. Assim, os países periféricos se apropriariam do progresso técnico de modo semelhante aos países centrais. No entanto, isso não ocorria, culminando nos seguintes fatos estilizados identificados para as economias primário-exportadoras: a) menor crescimento da renda frente aos países industrializados; b) recorrentes problemas de balanço de pagamentos; c) tendência à deterioração dos termos de troca; e, d) desemprego persistente (Palma, 1987).

Prebisch e os demais autores da escola estruturalista não visualizavam a possibilidade de manter-se o desenvolvimento periférico com base na especialização primário-exportadora, sendo que a industrialização seria indispensável.

Ela [a industrialização] não é um fim em si mesma, mas o único meio de que se dispõe para captar uma parte do fruto de progresso técnico e elevar progressivamente o nível de vida das massas (Prebisch, 1949, p. 48).

No intuito de explicar os fatos estilizados ora mencionados e outras características do processo desenvolvimento dos países latino-americanos, a escola estruturalista desenvolveu amplo arcabouço teórico no decorrer do século XX. Assim, faz-se importante debater sobre os aspectos gerais da escola, que perpassam as obras de diversos autores cepalinos, que tratam da especificidade do subdesenvolvimento latino-americano, da concepção centro-periferia e da necessidade de industrialização. E ainda, vale esclarecer que o presente estudo não tem por norte discorrer sobre as diversas teorias estruturalistas. Logo, nas próximas subseções tem-se análise de três delas, de modo a verificar se esses autores

---

<sup>15</sup> O conceito de heterogeneidade estrutural foi concebido por Furtado (2009).

propunham políticas econômicas que se aproximam daquelas decorrentes dos regimes de crescimento *profit-led* e/ou *wage-led*.

### 3.1. A teoria da deterioração dos termos de troca<sup>16</sup>

Prebisch (1949) observa que os frutos do progresso técnico não eram apropriados pelos países periféricos, do mesmo modo que nos países centrais. Para tanto, aquele autor identifica dois motivos, a saber: 1) os preços das mercadorias nos países centrais não baixam diante do progresso técnico; e, 2) a relação de preços entre os produtos manufaturados e os produtos primários é desfavorável para os segundos.

A compreensão de tais motivos, segundo Prebisch (1949), é necessária para análise do ciclo econômico nos países centrais e na periferia<sup>17</sup>.

Nos países centrais, durante a fase ascendente do ciclo econômico, os excessos de demanda por bens manufaturados tendem a elevar os preços e, conseqüentemente, os lucros e os salários (em geral, os lucros aumentam mais que os salários). Para se elevar a produção de bens manufaturados, eleva-se também a demanda por insumos, isto é, a demanda derivada de matérias primas. Nessa fase do ciclo, portanto, tem-se uma ampliação dos lucros e preços dos produtos originários dos países periféricos, de tal modo que se realiza “certa” transferência dos frutos do progresso do centro para periferia.

Na fase descendente do ciclo, por sua vez, o excesso de oferta de bens finais força a redução dos preços e dos lucros e salários. No entanto, Prebisch (1949) destaca que nos países centrais predomina forte ação corporativa (sindical) que impede a excessiva redução das remunerações dos trabalhadores frente ao lucro. De modo oposto, nos países periféricos, dada a ausência dessa organização, diante da redução da demanda derivada e a conseqüente queda dos preços dos bens primários, os empresários logram transferir para os trabalhadores a redução das receitas.

Complementando a análise do ciclo, Prebisch (1964) destaca que a elasticidade da demanda por bens manufaturados é superior à dos bens primários, fazendo com que os preços dos bens manufaturados variem menos que os preços dos bens primários. Tais fatores evidenciam a nítida tendência à deterioração dos termos de troca para os países periféricos.

---

<sup>16</sup> A presente seção tem por base, principalmente, os trabalhos de Prebisch (1949, 1964) e conseqüentes interpretações.

<sup>17</sup> Rodríguez (2009) afirma que existem três versões da teoria da deterioração dos termos de troca, quais sejam: 1) Contábil; 2) Dos ciclos; e, 3) Industrial. No presente estudo interpreta-se que a versão dos ciclos incorpora em si as demais versões descritas por aquele autor.

Além disso, a diferença entre as elasticidades faz com que nos países centrais durante a fase ascendente, mesmo que a procura por determinado bem se sature, surjam novos produtos, reavivando a dinâmica da economia (Prebisch, 1964). Nos países periféricos, ao contrário, dado a baixa elasticidade, essa dinâmica não ocorre.

Assim, a teoria da deterioração dos termos de troca explica “simultaneamente as flutuações e as tendências a longo prazo de rendas e preços” (Rodríguez, 2009, p. 143), bem como o modo pelo qual o fruto do progresso técnico é apropriado no centro, e não na periferia.

[na teoria da deterioração dos termos de troca] está a chave do fenômeno pelo qual os grandes centros industriais, não apenas retêm para si o fruto das inovações à sua própria economia, mas, ainda, estão em posição favorável para captar uma parte do que surge no progresso técnico da periferia (Prebisch, 1949, p. 59).

Da teoria em questão, Prebisch e os demais cepalinos observaram que a solução para a elevação da renda e a apropriação do progresso tecnológico pela periferia seria a industrialização, pois, a partir daí os países subdesenvolvidos passariam a produzir produtos de maior elasticidade renda da demanda.

Em resumo, no ciclo de Prebisch (1959,1964) é possível observar que a manutenção de elevado *wage share* na fase descendente do ciclo permite aos países centrais maior apropriação – do que os países periféricos – dos frutos do progresso tecnológico. Além disso, estimula nos países centrais a diversificação da produção, dada a elasticidade e renda superior à unidade para os produtos industrializados.

Logo, percebe-se que a teoria da deterioração dos termos de troca, apesar de não formalizar, sugere que a elevação da participação dos salários na economia atuaria em prol do crescimento – exatamente o proposto sob uma economia no regime de crescimento *wage-led*.

É possível que a remuneração dos trabalhadores nos países do centro e da periferia seja diferenciada em termos de nível de salário ao invés de participação na renda total. No entanto, na exposição do ciclo econômico identifica-se a importância dada a remuneração do trabalhador, o que advoga a economia sob o regime *wage-led*.

### 3.2. A tendência à estagnação<sup>18</sup>

A tese de que as economias latino-americanas tenderiam à estagnação foi apresentada por Furtado na obra intitulada *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, de 1966. Ali, aquele autor discorre sobre dois modelos, a saber: 1) referente à fase primário-exportadora; e, 2) referente à fase de industrialização por substituição de importações.

A primeira fase seria marcada pelas seguintes características: a) terra e oferta de mão de obra abundante<sup>19</sup>; b) baixo nível de salários; c) deterioração dos termos de troca; e, d) economia composta pelos seguintes setores: subsistência, exportador e provedor de capacidade produtiva para o setor exportador. Segundo Furtado (1966), no início do processo de desenvolvimento, os trabalhadores excedentes seriam absorvidos com produtividade marginal zero. No entanto, à medida que a demanda pelos bens exportados se elevasse, seria necessário ampliar o investimento no setor provedor de capacidade produtiva. A partir daí, a dúvida era se essa fase de desenvolvimento geraria os recursos necessários à ampliação da capacidade produtiva. A resposta aqui seria positiva, pois, os recursos provenientes da exportação gerariam a poupança necessária à ampliação dos investimentos – ponto relevante no presente estudo, pois evidencia a diferença fundamental entre o modelo teórico de Furtado e o modelo kaleckiano exposto na seção anterior, observando que em Furtado não é o investimento que determina a poupança<sup>20</sup>. De todo modo, quando Furtado problematiza o grau de utilização da capacidade produtiva no Brasil, sua análise se aproxima do arcabouço teórico de Kalecki-Steindl (Oliveira, 2019).

[...] no modelo agroexportador, a própria expansão da atividade exportadora assegura a poupança necessária, uma vez que a produção [do terceiro setor], não podendo ser consumida ou exportada, tem como destino obrigatório a incorporação à capacidade produtiva (Coutinho, 2015, p.459).

Tem-se, portanto, que uma vez mantida as exportações de bens primários, a fase em questão resultaria em um ciclo virtuoso, pois se elevaria, ao mesmo tempo, a produtividade do capital e a taxa de poupança<sup>21</sup>. Mas quando do encerramento das exportações, haveria

---

<sup>18</sup> A presente subseção tem por base a obra intitulada *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, de Celso Furtado (1966).

<sup>19</sup> A oferta de mão de obra ilimitada nos países latino-americanos e caribenhos é analisada detalhadamente em Lewis (1958).

<sup>20</sup> Fato que não inviabiliza a análise proposta, pois, o que se deseja comparar são as propostas de política econômica subtendidas dos modelos estruturalistas frente àquelas propostas pelos diferentes regimes de crescimento identificados por Bhaduri e Marglin. Não se discute a estrutura causal dos diferentes modelos teóricos.

<sup>21</sup> “[...] um aspecto interessante do modelo agrícola multisetorial é a conclusão de que o aumento da concentração de renda não impede o crescimento econômico, uma vez que a composição da demanda necessariamente envolve investimentos [no setor provedor de capacidade produtiva ao setor exportador]” (Coutinho, 2015, p. 459).

excesso de oferta de bens primários no mercado, queda dos preços e redução dos investimentos. Logo, a segunda fase estaria em prática.

Ao discorrer sobre a segunda fase, Furtado (1966, p. 79) reconhece os argumentos descritos na subseção anterior, isto é, diante da queda das exportações e a tendência à deterioração dos termos de troca, o estrangulamento externo fez com que os países periféricos adotassem políticas restritivas que sustentaram a renda interna e impulsionaram o processo de industrialização por substituição de importações. Nesse ínterim, a manutenção da renda interna, além de criar o mercado para os bens manufaturados, elevou os preços destes.

Segundo aquele autor, a substituição de importações de bens de consumo não duráveis seria fácil, dado os menores preços dos bens e a existência de amplo mercado, mas tais fatores não estariam presentes na fase posterior de substituição de bens de consumo duráveis (Furtado, 1966, p. 87). Aqui vale destacar que diferentemente dos países centrais, onde o desenvolvimento tecnológico era o resultado endógeno das mudanças sociais, nos países periféricos, a técnica produtiva era fator exógeno introduzido em uma sociedade contendo marco social e institucional inadequado para sua plena absorção.

Ao contrário dos países que se desenvolveram na fase clássica, durante a qual o avanço da técnica estava intimamente relacionado com os demais fatores causantes da aceleração do processo de desenvolvimento econômico e de mudança social, no atual processo de transformação das estruturas subdesenvolvidas a tecnologia constitui um fator exógeno de reduzida flexibilidade (Furtado, 1966, p. 9).

As técnicas de produção necessárias para a produção de bens intermediários eram intensivas em capital. Destarte, sua produção não resultava em absorção de grande contingente de trabalhadores. Logo, havia redução da massa de salários na economia, bem como a ampliação dos lucros, aumentando a concentração de renda. Em adendo, identificava-se redução do mercado consumidor tanto de bens primários quanto de bens manufaturados.

Diante da redução do mercado, para se estimular a produção interna dos bens de capital, os preços deste deveriam ser mais elevados do que os preços médios da economia. Sobre tal dinâmica, Furtado (1966) conclui que, como resultado, se daria a ampliação da relação capital-trabalho e redução da relação produto-capital na economia, acarretando na estagnação da economia.

Na medida em que a demanda se inclina em favor de indústrias produtoras de bens de consumo duráveis ou de capital, privilegia setores que operam com uma

relação produto-capital inferior à média da economia, fortalecendo a tendência à estagnação (Coutinho, 1980, p. 143).

Nos argumentos de Furtado (1966), é possível perceber que a dinâmica do processo de substituição de importações, ao invés de reduzir, alavanca a heterogeneidade estrutural, que se agrava na medida em que não apenas o setor de bens de capital se mecaniza, mas também o setor agrícola, reduzindo ainda mais sua capacidade de absorção de mão de obra. O resultado inevitável seria a estagnação.

A queda na taxa de crescimento seria estimulada pelo declínio da relação produto-capital “tecnológica”, inerente ao setor de bens de consumo duráveis e equipamentos (em condições de mercado restrito), e também pela perda de dinamismo da agricultura moderna, que reduz sua capacidade de absorção de renda (Coutinho, 2015, p. 464).

O processo de industrialização, na adoção de técnicas de capital intensivas, reduz a demanda por trabalhadores e, conseqüentemente, a massa salarial da economia, significando na redução do consumo total da economia (bens de consumo não duráveis e duráveis). Sobre a questão, Coutinho (2015) observa que a concentração de renda é um dos argumentos centrais da tese estagnacionista de Furtado; ou seja, a redução do mercado de consumo faz com que os bens de capital necessitem ser repassados com preços elevados, pois, do contrário, não seriam produzidos. Tais fatores atuavam para que houvesse a tendência à redução da relação produto-capital.

O fato de Furtado (1966) identificar a tendência a estagnação a partir da redução do mercado de consumo, ou seja, a partir da concentração de renda, permite inferir que sua análise se assemelha a concepção de economia sob o regime de crescimento *wage-led*.

Tal interpretação não é consensual. Oliveira (2019), por exemplo, afirma que o regime de crescimento subjacente em Furtado é *profit-led*, pois, a concentração de renda promoveria o crescimento, mas não o desenvolvimento. De fato, Oliveira (2019) interpreta em Furtado a possibilidade de ocorrência de crescimento sem desenvolvimento. Aqui vale salientar que tal discussão não é o foco do presente estudo, uma vez que se busca identificar a concepção de política econômica presente na tese do estagnacionismo e as decorrentes dos regimes de crescimento *wage-led* e *profit-led*.

É importante frisar que, para Furtado (1966), a tendência à estagnação é inerente ao processo de industrialização dos países latino-americanos, pois este adotava técnicas para um marco social e institucional inadequado. A alteração desse quadro envolvia modificar esse marco institucional em três direções, quais sejam: 1) evitar tecnologias que provoquem

concentração de renda; 2) ampliar as dimensões potenciais e atuais do mercado via integração econômica regional; e, 3) orientar o progresso tecnológico as necessidades da economia.

Nas direções sugeridas por Furtado (1966), novamente se percebe no seu modelo teórico a importância de políticas em prol da participação dos salários na renda – ação que se aproxima da concepção de regime de crescimento *wage-led*.

### 3.3. Crítica ao estagnacionismo

Tavares e Serra (1974), no importante ensaio intitulado *Além da Estagnação*, de 1971, afirmam que a relação produto-capital não explica a dinâmica da acumulação capitalista, sendo o resultado desta. Para aqueles autores, a dinâmica capitalista é explicada pelo investimento, que depende primordialmente do lucro esperado e não da relação capital-produto; ou seja, é o investimento que determina a poupança, bem como no modelo kaleckiano.

A supramencionada relação inversa entre as razões capital-trabalho e produto-capital de Furtado (1966) somente ocorreria se a taxa de lucro de todos os setores da economia fosse igual – pressuposto por demais irrealista para Tavares e Serra (1974).

Furtada parte de um suposto quanto à igualização das taxas de lucro que nos parece irreal, visto que em condições de mercado acentuadamente imperfeito, com alguns ramos dominados por grandes unidades de produção que além disso possuem forte grau de monopólio tecnológico, não há por que admitir que se igualem a taxa de lucro das diferentes indústrias (Tavares & Serra; 1974, p. 163).

Segundo Tavares e Serra (1974), Furtado não levou em consideração o papel do progresso tecnológico. Por exemplo, se o progresso fosse poupador de capital, na medida em que a economia se industrializasse, a relação capital-trabalho não cresceria a ponto de reduzir a relação produto-capital. Por outro lado, se o progresso tecnológico fosse poupador de trabalho, a relação produto-capital somente se reduziria caso o aumento relativo da produtividade do trabalho fosse inferior ao aumento relativo da relação capital-trabalho.

[...] trabalhar com “categorias resultado”, na consideração das taxas de lucro das diferentes indústrias que tenderiam a igualar-se do mesmo modo que os salários, ao superar a intensificação do uso do capital da penetração do progresso técnico e, além disso, não considerar os efeitos destes sobre a produtividade dos investimentos nem os efeitos das diversas modalidades de economias externas, Furtado parece ter vestido a “camisa de força” de um modelo neoclássico de equilíbrio geral – elegante mas ineficaz para explicar a dinâmica de uma economia capitalista (Tavares & Serra, 1974, p. 167).

É preciso salientar que a afirmação de que Furtado (1966) não considerou os efeitos do progresso tecnológico não é verídica, pois, ele analisou o caso em que o progresso é neutro, isto é, eleva tanto a produtividade do capital quanto do trabalho de forma igual

(Furtado, 1966, p. 86). Nessa situação, dado que normalmente a inovação ocorre no setor de manufaturas, haveria redução dos preços desses bens, beneficiando os consumidores. Assim, a redução dos preços dos bens manufaturados não resultaria em elevação da massa de salários reais da economia, porque são bens com pequena participação na cesta de consumo do montante total de trabalhadores, e o progresso tecnológico não reduziria, mas sim, agravaria a heterogeneidade estrutural das economias periféricas.

É fato que Furtado (1966) não considerou os pontos levantados por Tavares e Serra (1974) decorrentes dos progressos capitais intensivos ou trabalho intensivo. Grosso modo, em prol do objetivo do presente estudo, vale destacar a concepção diversa da política econômica a ser adotada em prol do crescimento nas obras supramencionadas. Assim, enquanto a análise de Furtado remete a economia sobre o regime de crescimento *wage-led*, para Tavares e Serra, a economia seria *profit-led*.

Ou seja, o processo de substituição de importações não tenderia à estagnação observada a redução da massa de salários na economia; ao contrário, a economia continuaria crescendo devido à elevação da participação dos lucros. E ainda, enquanto para Furtado a concentração de renda era o problema, em Tavares e Serra, esta era fundamental para a manutenção do crescimento, pois estimulava o consumo e o investimento em bens de alto valor agregado.

A interpretação ora apresentada não significa que Tavares e Serra (1974) identificassem a concentração de renda como um resultado benéfico para a sociedade. O foco da análise para a compreensão do processo de acumulação de capital era o investimento. Segundo aqueles autores, o capitalismo latino-americano e o brasileiro, em particular, apresentavam sérios problemas, pois, ao mesmo tempo em que eram excludentes, enfrentavam escassez de oportunidade de investimento – algo diretamente relacionado à heterogeneidade estrutural dessas economias.

Tavares e Serra (1974) também discutem se haveria possibilidade de homogeneização produtiva na América Latina. Tal fato ocorreria, caso houvesse investimentos nos setores não modernos, de modo a elevar a produtividade destes. Entretanto, os investimentos não ocorreriam, mas sim, seriam direcionados para os setores que possuem elevadas taxas de lucro (os setores modernos). Logo, a heterogeneidade tenderia a se acentuar.

[...] é possível concluir que a modernização e a intensificação do capital tendem, efetivamente, a processar-se, em cada etapa de expansão, de modo restrito a algumas áreas e subsetores. Com isso, enquanto ampliam-se os estratos

modernos, aprofunda-se, necessariamente, a heterogeneidade estrutural (Tavares & Serra; 1974, p. 188).

No caso do Brasil, o que interessa não é tanto a concentração da propriedade e da produção, mas sim os mecanismos de controle dos setores dinâmicos e o problema da limitada participação das massas incorporadas ao processo de expansão (Tavares & Serra; 1974, p. 199).

Novamente, é perceptível na argumentação de Tavares e Serra (1974) a respeito da manutenção da heterogeneidade estrutural que a análise se remete a uma economia com regime de crescimento *profit-led*.

#### 4. Conclusão

No presente estudo expõe-se o modelo kaleckiano de crescimento e distribuição, em especial, a versão proposta por Bhaduri e Marglin (1995). Aqui, a dinâmica econômica é determinada pelo investimento que, conseqüentemente, é a variável-chave da economia. Os principais pressupostos do modelo são: economia composta por trabalhadores e capitalistas; as empresas são verticalmente integradas; o governo e o mercado externo são negligenciados; o mercado interno é imperfeito; os preços são determinados por *mark up* nos custos; os trabalhadores não poupam; e, a produtividade do trabalho e capital é dada e constante (não se tem retornos marginais decrescentes).

No modelo em questão, o investimento é endogenamente determinado, dependendo do *animal spirit*, do lucro e da taxa de utilização da capacidade da economia. É diferente da modelagem tradicional, aqueles autores não fazem uso da taxa de lucro, mas sim, da participação dos lucros no produto (*profit share*) como determinante do investimento. A partir disso, eles obtêm que com base nos valores dos parâmetros, é possível predominar um regime de crescimento advindo dos salários (*wage-led*) ou da participação dos lucros no produto (*profit-led*) – modelo que permitiu explicar por que a partir dos anos 1970, os países desenvolvidos tinham menor crescimento, observado o *profit squeeze*.

Apesar de Bhaduri e Marglin (1990) apresentarem a conceituação dos diferentes regimes de crescimento na década de 1990, a presente pesquisa evidenciou que as concepções de regime de crescimento provenientes desse modelo também se identificam nas teses estruturalistas, discorrendo-se, em particular, três delas: 1) A tendência à deterioração dos termos de troca; 2) A tese da estagnação; e, 3) A crítica à tese da estagnação.

Após a introdução de algumas especificidades da escola estruturalista latino-americana, como, por exemplo, o conceito de subdesenvolvimento, a concepção centro-periferia e a necessidade de industrialização para superação do subdesenvolvimento,

discutiram-se detalhadamente as três teses supramencionadas. Assim, na primeira, para identificar a tendência a deterioração dos termos de troca, Prebisch remete-se a uma economia sob o regime de crescimento *wage-led*. Na segunda tese, são as alterações no *wage share* que permeiam os argumentos utilizados por Furtado (1966) para justificar a tendência à estagnação no processo de industrialização por substituição de importação, uma vez que este adotava técnicas intensivas em capital – a conseqüente diminuição da massa salarial resultaria na redução do mercado de consumo (ampliando a concentração de renda); ou seja, para que houvesse substituição no mercado de bens intermediários, diante da reduzida escala do mercado, os preços desses bens tendiam ser elevados – fatores que resultavam na redução da relação produto-capital e, conseqüentemente, em estagnação. E na terceira tese predomina a concepção do regime de crescimento *profit-led*, segundo Tavares e Serra (1974), as economias latino-americanas não tendiam à estagnação, pois na dinâmica do processo de substituição de importações, a constituição da indústria de bens de capital exigia a concentração de renda – os bens desse setor são de alto valor agregado (consumidos por pequena parcela da população) e exigem alto montante de investimento, ao passo que o crescimento se daria devido à concentração de renda. Em suma, o presente evidenciou que a concepção de regimes de crescimento *wage-led* e *profit-led* se faziam presentes nas teses estruturalistas.

## Referências

- Bhaduri, A. & Marglin, S. (1990), Unemployment and the real wage: the economic basis for contesting political ideologies. *Cambridge Journal of Economics*, 14(4):375-393. DOI: <https://dx.doi.org/10.1093/oxfordjournals.cje.a035141>
- Bhaduri, A. & Marglin, S. (1995), *Profit Squeeze and Keynesian Theory*. In *The Golden Age of Capitalism – Reinterpreting the Postwar Experience*. Clarendon Press, Oxford.
- Blankenburg, S., Palma, J.G. & Tregena, F. (1987), *Structuralism*. In *the New Palgrave: a dictionary of economics*. London, Macmillan.
- Boianovsky, M. (1987), *Celso Furtado*. In *the New Palgrave: a dictionary of economics*. London, Macmillan.
- Boianovsky, M. (2017), Beyond capital fundamentalism: Harrod, Domar and the history of development economics. *Cambridge Journal of Economics*, 42 (2): 477–504. DOI: <https://doi.org/10.1093/cje/bex030>.

- Ciccone, R. (1986), Accumulation and Capacity Utilization: Some Critical Considerations on Joan Robinson's Theory of Distribution. *Political Economy: Studies in the Surplus Approach*, 2 (1): 17-36.
- Coutinho, M. C. (1980), Distribuição de renda e padrões de consumo: alguns autores em torno da tradição cepalina. *Ensaio FEE*, 1 (1): 14.
- Coutinho, M. C. (2015), Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina, de Celso Furtado. *Revista de Economia Contemporânea*, 19 (3): 448-474. DOI: <https://doi.org/10.1590/198055271935>
- Dutt, A. (1984), Stagnation, income distribution, and monopoly power. *Cambridge Journal of Economics*, 8 (1): 25-40. DOI: <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.cje.a035533>.
- Dutt, A. (1990), *Growth, Distribution and Uneven Development*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Furtado, C. (1966), *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Furtado, C. (2009), *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto. Centro Internacional Celso Furtado.
- Hein, E. (2008), *Money, Distribution Conflict and Capital Accumulation: Contributions to Monetary Analysis*. New York: Palgrave Macmillan.
- Hein, E. (2014), *Distribution and Growth after Keynes: A Post-Keynesian Guide*. Edward Elgar.
- Kaldor, N. (1957), A model of economic growth. *Economic Journal*, 67: 591-624. DOI: <https://doi.org/10.2307/2227704>.
- Kalecki, M. (1951), Report on the main current economic problems. J. Osiatynsky, ed. *Collected Works of Michal Kalecki*, Vol. V. Oxford University Press, 1993.
- Kalecki, M. (1954), The problem of financing economic development. J. Osiatynsky, ed. *Collected Works of Michal Kalecki*, Vol. V. Oxford University Press, 1993.
- Kalecki, M. (1983), *Teoria da Dinâmica Econômica: Ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. São Paulo: Abril S.A.
- Lavoie, M. (1992), *Foundations of Post-Keynesian Economic Analysis*. New Directions in Modern Economics, Edward Elgar Publishing Limited.

- Lavoie, M. (2014), *Post-Keynesian Economics: new foundations*. Edward Elgar Publishing Limited.
- Lavoie, M. (2017), The origins and evolution of the debate on wage-led and profit-led regimes. *European Journal of Economic Policies: Intervention*.14 (2), 200-221. DOI: <https://doi.org/10.4337/ejeep.2017.02.04>.
- Lavoie, M & Stockhammer, E. (2013), *Wage-led Growth: Concept, Theories and Policies*. International Labour Office – Geneva.
- Lee, F. (1999), *Post Keynesian Price Theory*. Cambridge University Press.
- Lewis, A. (1958), Economic development with unlimited supplies of labour. In Agarwala & Singh. *The economics of underdevelopment*.
- Lopes, J & Assous, M. (2010), *Michal Kalecki*. Great Thinkers in Economics, series editor: A.P. Thirlwall.
- Oliveira, A. (2019), *Uma Análise do (Sub)Desenvolvimento Brasileiro: Um Modelo de Crescimento com Distribuição de Renda de Regime "Profit-Led"*. Tese de Doutorado na UFU.
- Palma, J.G. (1987), *Raul Prebisch*. In the New Palgrave: a dictionary of economics. London, Macmillan.
- Pasinetti, L. (1962), Rate of profit and income distribution in relation to rate of economic growth. *Review of Economic Studies*, 29: 267-279. DOI: <https://doi.org/10.2307/2296303>.
- Possas, M & Baltar, P. (1981), Demanda efetiva e dinâmica em Kalecki. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 11 (1), RJ. DOI: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6460>.
- Prebisch, R. (1949), *O desenvolvimento econômico na América Latina e algum de seus principais problemas*. Cepal.
- Prebisch, R. (1964), *Dinâmica do Desenvolvimento Latino Americano*. Ed. Fundo de Cultura Económica, México.
- Prebisch, R. (1981), *Capitalismo Periférico, crisis y transformación*. Ed. Fundo de Cultura Económica, México.
- Robinson, J. (1956), *Acumulação de Capital*. Ed. Abril, Coleção os Economistas, São Paulo.
- Robinson, J. (1962), *Essays in the theory of economic growth*. London: Macmillan.

- Rodríguez, O. (2006), *O Estruturalismo Latino-Americano*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Rowthorn R. E. (1981), Demand, real wages and economic growth. *Thames Papers in Political Economy*, autumn: 1-39.
- Rugitsky, F. (no prelo), *Inequality, consumption patterns, and productive structure a Latin American contribution to Kaleckian models*.
- Rugitsky, F. (2016), Growth, distribution, and sectoral heterogeneity: Reading the Kaleckians in Latin America. *Economía*, 17 (3): 265-278. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.econ.2016.09.005>.
- Steindl, J. (1952), *Maturity and Stagnation in American Capitalism*. New York: Monthly Review Press.
- Steindl, J. (1979), Stagnation theory and stagnation policy. *Cambridge Journal of Economics*, 3 (1): 1-14. DOI: <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.cje.a035405>.
- Tavares, M (1974), *Da substituição de Importação ao capitalismo financeiro – Ensaio sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar.
- Tavares, M. & Serra, J. (1971/1976), *Além da estagnação*. In: Tavares, M. Da substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro, ed. Zahar: 155-207.
- Taylor, L. (1985), A stagnationist model of economic growth. *Cambridge Journal of Economics*, 9 (4): 381-403. DOI: <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.cje.a035588>.